

Sanção para a lei do sistema da Saúde

O ministro Almeida Machado, da Saúde, prometeu ontem uma semana cheia de surpresas, e, em alguns setores credenciados já se comenta a possibilidade de fabricação da vacina contra a meningite na Fundação Oswaldo Cruz e o sancionamento da lei do Sistema Nacional de Saúde pelo presidente Geisel, até o final da semana.

Na entrevista coletiva que deu ontem à imprensa, Almeida Machado abriu parênteses para comentar a maior rapidez das atividades ministeriais e a nova ênfase dada à interiorização sanitária, "pois não se trata somente de levar médicos para o interior, mas sim de transformar toda uma estrutura de saúde". Quanto à fabricação das vacinas dos tipos A e C, pela Fundação Oswaldo Cruz, em convênio com o laboratório francês Meurieux, assinado em outubro do ano passado, disse o ministro que "temos pressa pois muitas crianças de zero a um ano ainda precisam ser vacinadas". O Sistema Nacional de Saúde, definindo a competência dos ministérios nos setores de saúde, ao mesmo tempo que agilizando a atuação do Ministério da Saúde em muitas áreas programáticas, poderá ser sancionado até o final da semana pelo presidente Geisel, após sua recente aprovação no Congresso. Na pauta de viagens de Almeida Machado para esta semana está a sua visita à Fundação Oswaldo Cruz.

E as atenções do ministro, ontem, concentraram-se na reestruturação da Oswaldo Cruz, com a recuperação financeira da entidade e os novos vencimentos dados aos pesquisadores, que passarão a perceber entre 4.500 e 9.000 cruzeiros, enquanto antigamente os salários não ultrapassavam a faixa dos 2.500 cruzeiros. Perguntado sobre o Instituto Vital Brasil, que recentemente desenvolveu a vacina polivalente contra a meningite, o ministro nada informou a respeito de suas atividades, alegando que o Instituto não está sob a custódia do Ministério.

PROGRAMA

"Os 300 milhões de cruzeiros serão destinados a programas antigos e válidos, que receberão uma injeção de recursos" - disse Almeida Machado ao referir-se à "Programação de Apoio a Projetos Especiais na Área de Saúde Pública", aprovado há dois dias pelo presidente Geisel. Segundo Almeida Machado, o Ministério da Saúde tinha que optar entre "revelar criatividade e desarquivar programas velhos mas válidos e necessitados de recursos para atingir um limiar de eficácia".

Mas, para o ministro, há inovações na Programação, como a interiorização da ação sanitária, as melhorias nas habitações e comunidades rurais para prevenir as populações da peste e da esquistossomose e os cursos básicos de saúde pública, formando em seis meses sanitaristas para atuarem a nível local. Quanto aos projetos Rondônia e Alagoas, o

Caráter epidêmico da meningite fez a

Ceme aumentar produção de vacina

Para combater a meningite em todo o país, desde que a doença assumiu características epidêmicas, a Central de Medicamentos informou ontem que já forneceu sessenta e oito milhões de doses de vacinas Antimeningocócica Bivalente (AC) à Campanha Nacional de Vacinação contra a meningite, que foram utilizadas nas capitais e interior dos estados, onde se registrou maior incidência da doença. Os dispêndios com a aquisição desses imunizantes somaram mais de cento e trinta milhões de cruzeiros.

As quantidades enviadas pela Ceme para as secretarias de Saúde dos estados foram as



uma semana onde acenarão as surpresas

curto prazo de duração e as instalações permanentes que serão construídas nas áreas, foram ressaltados pelo ministro como provas de eficácia.

Quanto à instalação do Curso Básico de Saúde Pública, semana passada, no Rio de Janeiro, apresentando mais candidatos que vagas, foi visto pelo ministro com bastante otimismo, "à medida que se percebe a presença de gente nova, de sangue novo". Um outro programa - Programa Nacional de Vigilância de Saúde - para o qual foi destinado 27,5 milhões de cruzeiros, foi comentado por Almeida Machado como da "maior importância", inclusive por acarretar modificações na legislação de vigilância epidemiológica. Ontem, o ministro assistiu ao término dos trabalhos do grupo de vigilância, reunido há dois dias a portas fechadas. Segundo Almeida Machado, o grupo ainda não chegou a nenhuma conclusão definitiva, mas desde já alguns de seus membros adiantaram que o ponto de estrangulamento do setor saúde - e não de vigilância - é a falta de recursos humanos a nível superior. Entretanto, o ministro, falando sobre a pequena verba de 15,5 milhões destinada para a capacitação de recursos humanos, disse que "não adianta alocar recursos no setor se não há absorção de pessoal qualificado a curto prazo; esta é uma visão realista que pretende seguir a passos lentos mas firmes".

CONSELHO ANTITOXICO

Perguntado sobre a formação de um grupo antitóxico no Ministério da Justiça, paralelamente ao Conselho Antitóxico recentemente instalado no Ministério da Saúde, Almeida Machado acentuou que "entre os dois órgãos não há paralelismo, superposição ou antagonismo, já que cada qual atua na área de sua competência". Como exemplo de atividade que o grupo do Ministério da Justiça deverá desenvolver, Almeida Machado citou a legislação antitóxica, que "complementará" o assessoramento técnico-científico que o Conselho dará ao Ministério da Saúde.

seguintes: 17.520.000 para São Paulo; 9.535.000 - Rio de Janeiro; 6.690.000 para o Rio Grande do Sul; 6.700.000 Pará - 3.900.000 - Pernambuco; 2.800.000 - Ceará; 1.800.000 Esp. Santo;

1.700.000 Paraíba; 3.700.000 Bahia; 1.500.000 - Distrito Federal; 1.300.000 R. G. do Norte; 1.600.000 - ST Catarina; 1.395.000 - Goiás; 750.000 para Alagoas e 200.000 para Bolívia e Paraguai; Maranhão - 400.000 - Amazonas - 550 mil; Pará 1.200 mil; Acre - 278 mil; Rondônia - 212 mil; Roraima 52 mil; Amapá - 135 mil; Minas Gerais 4.600 mil doses.